



LEI 10.639/03: PAPEL DO MOVIMENTO NEGRO E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL.

Abel Ribeiro dos Santos¹
Jurema dos santos...²
Marcia Regina Santos de Jesus³
Reginaldo Polesi⁴

¹professor da SEED/PR e da PUC (Pontifícia Universidade Católica do Paraná).

²professor da SEED/PR de Português/Inglês. Graduada em Letras/Português, pela Universidade Tuiuti do Paraná, Especialista em Magistério do 2º Grau, pela Faculdade Espírita do Paraná Especialista em Tecnologias na EaD.

³professor da SEED/PR de sociologia


⁴professor da SEED/PR de filosofia e história. Graduado em filosofia pela PUCPR, mestrado em ética pela

RESUMO

Este artigo discute a racialização cultural brasileira, com a seguinte indagação: em que medida a luta do Movimento Negro no Brasil contribuiu para a origem da lei 10.639/03, permitindo uma rediscussão das relações étnico-raciais no Brasil? Far-se-á breve reflexão acerca do Movimento Negro Brasileiro e sua articulação em torno do tema da educação e relações raciais que culminou com a conquista da lei 10.639/03, que reflete e estuda a contribuição do Continente Africano e de homens e mulheres africanos(as) e afro-brasileiro(as) para a construção do Brasil. Argumentar-se-á sobre raça e racismo, o caminho trilhado pelo Movimento Negro até a aprovação da Lei. 10.639 e as contribuições da disciplina de humanas (filosofia, sociologia, história e geografia) e outras disciplinas como inglês e português para as discussões de combate ao preconceito racial presente nas relações étnico-raciais, uma vez que o campo das Ciências Sociais é amplo e se propõem a discutir as relações culturais, sociais, econômicas e políticas das sociedades. Frente às mazelas do período colonial, mantidas no cotidiano da sociedade brasileira por meio dos processos de racialização da cultura, o texto retoma o empoderamento da mulher negra e do homem negro, evocando argumentações de Luiz Gonçalves e Petronilha Gonçalves, acerca da importância da educação da população negra para uma libertação de fato e da responsabilidade do Estado em reparar as desigualdades sofridas pela população negra no Brasil.

Palavras-chave: Educação, Direitos Humanos, Racismo, Relações étnico-raciais, Sociologia, Filosofia, História, Geografia, humanas.

Introdução

 artigo “Movimento Negro e Educação”, publicado na Revista Brasileira de Educação no ano de 2000, escrito por Luiz Gonçalves e Petronilha Gonçalves e Silva, mostra que negros e negras se articulam em torno da educação da população negra brasileira desde o início do século XIX, seja para conscientizar a população negra da importância da educação para uma libertação de fato (mencionando a Lei Áurea), seja para dizer que o Estado não o proporcionará porque não fez quando dado a ele a responsabilidade. Tal afirmação faz menção a Lei do Ventre Livre[1], que deixava a cargo dos proprietários a educação das crianças, entregando estas às escolas do Estado. *O registro de matrículas de crianças beneficiadas pela Lei do Ventre Livre, entre 1871 e 1885, dados do Ministério da Agricultura apresentado em 1885, revelam que o contingente de matriculados chegava a 403.827 crianças de ambos os sexos. Destes, apenas 113 foram entregues ao Estado mediante indenização no mesmo período” (P.4).* Ficando evidente pelos números que as crianças continuavam de posse de seus proprietários e sem acesso à educação.

O artigo mencionado traz Jornais criados durante o início do século XX em São Paulo, Rio Grande Sul, Minas Gerais, Bahia, com pedido de escritores negros para que a

UGF/RJ. Possui ainda seis pós-graduações na área de educação.

população negra, em especial, aos adultos que mandassem seus filhos para os grupos formados para alfabetizar as crianças, como também falavam da importância dos adultos se alfabetizarem - *“Havia, da parte da imprensa, um movimento de incentivo à educação. Mas tinha-se a consciência de que, com a educação fornecida pelos estabelecimentos de ensino, os estudantes negros não deveriam afastar-se da educação de tradição africana(...)”* (P.10). Houve outras articulações, como os grupos que formam o Movimento Negro, como, por exemplo, A Frente Negra Brasileira, que traziam propostas para educação do povo negro e a valorização da sua cultura e contribuições dadas pelos antepassados como bandeira principal.

O Movimento Negro Brasileiro tem uma história de articulação que pode ser datada da chegada dos(as) africanos(as) ao país para serem escravizados, com suas organizações para se rebelarem contra a escravidão, como por exemplo, a criação dos quilombos. Contudo, outras articulações, grupos e entidades, são restabelecidas especialmente a partir dos anos 1980 (Revista Contemporânea de Educação, vol. 12, n. 23, jan/abr de 2017. Pág.16).

Em 2003 é aprovada a Lei 10.639, uma Política de Ação Afirmativa que irá através do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira possibilitar um conhecimento sobre o Continente Africano, com toda a sua riqueza e contribuições para a humanidade, bem como, toda influência desses para a construção do Brasil em todos os sentidos, política, econômica e socialmente. O conhecimento traria a desconstrução e problematização do que foi estabelecido como verdades com bases em estereótipos construídos, preconceitos e discriminações.

A Lei 10.639, bem como as cotas raciais (reserva de vagas no ensino superior das instituições públicas), são Políticas Públicas que pretendem diminuir as desigualdades entre negros e brancos no país. Essas políticas são aprovadas após a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia ppp e Intolerância Correlata[2]. O Brasil, bem como, outros países participantes da Conferência, se comprometem a criar políticas públicas para superação da discriminação racial, diminuindo as disparidades entre negros e brancos, nesse sentido, prioridade importante foi dado à educação.

Por isso, o tema desse texto é o Movimento Negro Brasileiro e a criação da Lei. 10.639/2003, pois uma conquista importante se alcançou como resultado de muitas

articulações de negros(as) presentes pelo país. Estudos, debates políticos e acadêmicos foram promovidos por grupos de militância negra e intelectuais.

O objetivo geral é apresentar o Movimento Negro Brasileiro e a articulação em torno do tema da educação e relações raciais que culminou com a conquista de uma Lei específica para exigir que se estude sobre as contribuições do Continente Africano e de homens e mulheres africanos(as) e afro-brasileiro(as) para a construção do Brasil. E especificamente, mostrar como a disciplina de Sociologia poderá tratar dos conteúdos propostos pela Lei, considerando que o campo das Ciências Sociais é amplo e se propõem a discutir as relações culturais, sociais, econômicas e políticas das sociedades.

O texto está organizado de maneira a apresentar uma discussão sobre raça e racismo no Brasil no que se refere à compreensão das relações raciais no Brasil e, na seqüência, apresentará um resumo do caminho trilhado pelo Movimento Negro até a aprovação da Lei. 10.639, finalizando com algumas considerações sobre a disciplina de Sociologia e como essa pode contribuir para as discussões e combate ao preconceito racial presente nas relações sociais e institucionais.

1. Uma breve discussão sobre raça e racismo no Brasil.

No Brasil, o estudo sobre raça, teve início no final do século XIX, momento em que se dava o processo de abolição da escravatura que promoveu uma preocupação crescente com o efeito da raça no desenvolvimento futuro do Brasil.

Telles (2004) em sua obra sobre o racismo no Brasil postula que o estudo da raça em seu início se deu nas ciências biológica e criminal, especialmente no emergente campo da Eugenia. O autor postula que naquele tempo predominava a eugenia que incluía idéias científicas sobre raça, aduzindo os negros como inferiores e os mulatos como degenerados. Também se postulava que climas tropicais como o do Brasil enfraquecem a integridade biológica e mental dos seres humanos, afirmando-se a idéia dos eugenistas do século XIX de que a população brasileira exemplificou a degeneração biológica.

Importante para as primeiras argumentações racistas no Brasil foi Raimundo Nina Rodrigues, um professor da importante Escola de Medicina da Bahia, seguidor do criminologista italiano Cesare Lombroso (1835 – 1909) – médico que ficou famoso por medir a capacidade craniana para determinar a inteligência e que considerava que a miscigenação levaria à degeneração. De acordo a Telles (2004) Nina Rodrigues previu que o futuro do Brasil, especialmente no norte do país, seria etnicamente negro ou mestiço

e foi o primeiro cientista brasileiro a conduzir um estudo etnográfico da origem africana da população. No estudo, declarou que os africanos eram inequivocamente inferiores.

Nina Rodrigues acreditava que os negros tinham suas capacidades reduzidas. No entanto, não manifestava a mesma afirmação para os mulatos, o que se atribui a sua própria condição, já que ele mesmo podia ser definido como mulato. Nessa vertente de interpretação os mulatos eram distintos dos índios e negros de sangue puro e muitas vezes havia uma opinião “otimista” de que eles se assemelhavam aos brancos.

As teorias difundidas na década de 1930 e 1940, como o evolucionismo, influenciam o pensamento social brasileiro presente na obra de Nina Rodrigues, destacando a discussão de raça e o controle social, indo muito além da medicina, e colocando-se enquanto etnólogo.

O evolucionismo foi para Nina Rodrigues uma verdade inquestionável, todo o seu pensamento foi delimitado nessa teoria. Nessa interpretação as raças, ainda que misturadas, preservam suas tendências instintivas e inatas. Reafirma-se a idéia de que para este autor os negros são inferiores e assim permanecerão. Foram idéias que tiveram influência no Brasil e algumas ainda permanecem, ainda que cientificamente superadas, definindo formas de se relacionar no racismo, discriminação e preconceito.

Um dos fundadores da antropologia moderna, Franz Boas em seu texto "Raça e Progresso" (1931) aborda a temática da eugenia e da mistura dos "tipos raciais", devido ao contexto histórico da ascensão do Nazismo. O autor critica o "método comparativo" evolucionista, apontando para riqueza da diversidade cultural existente e para a limitação de se enxergar a história dos povos como um programa fixo, linear e unidirecional.

Cada cultura deve ser vista como única e no seu particular. A crítica ao determinismo biológico e as idéias de eugenia, mostra o quão falho eram os aspectos "científicos" que legitimam para os intelectuais as diferenças raciais.

Boas (1931) via que as relações fisiológicas do corpo estavam estreitamente ligadas às condições de qualidade. Além de que grupos diferentes na aparência, quando submetidos às mesmas condições sociais e ambientes, tinham a mesma reação fisiológica.

Embora os indivíduos difiram em alguns aspectos, as diferenças entre as raças são pequenas. Não há razão para acreditar que uma raça seja naturalmente mais inteligente, dotada de grande força de vontade, ou emocionalmente mais estável do que outra, e que essa diferença iria influenciar significativamente sua cultura (BOAS, 1931).

No percurso das interpretações de raça, acontece uma mudança metodológica fundamental que alterou o discurso racista. A ideia de raça é substituída pela ideia de cultura, defendendo-se as diversidades culturais e as múltiplas maneiras que cada grupo encontra para resolver os obstáculos de natureza.

Boas irá influenciar diretamente o autor brasileiro Gilberto Freyre e, em relação a discussão de raça e cultura, Freyre aprendeu a considerar a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influência social; de herança cultural e do meio. Freyre considera que foi a miscigenação praticada no Brasil que garantiu a correção da distância social que, de outro modo teria adquirido grandes distâncias entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. (FREYRE, 1998).

A existência de uma ideologia da miscigenação democrática é um produto recente na história do Brasil. Não é possível falar de raça e racismo no Brasil sem tocar também na discussão de democracia racial. Todo o pensamento social brasileiro está permeado na construção de um país harmônico, bom para todos, sem distinções, em especial de raça.

O mito da democracia racial considera a ideia da igualdade de oportunidades para brancos, pretos e mestiços. Estas ideias se fortalecem em duas ordens de argumentos: primeiro, a forte determinação dos critérios de classe no processo de atribuições de *status* e de relacionamento individual; segundo, a ausência de hostilidade manifesta e de violência entre brancos e pessoas de cor (AZEVEDO, 1975,).

O Brasil sempre se apresentou, de maneira muito intensa como uma nação sem conflitos de cunho racial, cultural e religioso, sendo esse um motivo de orgulho nacional. A ausência de preconceito e tensões é uma imagem difundida do país, definindo as relações raciais como amistosas e não discriminativas. Essa ideologia que perpassa quase todo o século XX promove que os brasileiros não se identifiquem como racistas embora reconheçam o racismo no outro.

Essa interpretação das relações raciais possibilitou que a ONU encomendasse um trabalho de pesquisa a Florestan Fernandes com o intuito de destacar a positividade das relações raciais no Brasil. No entanto os resultados das pesquisas deste autor foram se encaminhando para uma interpretação oposta, problematizando as interpretações estabelecidas, desmascarando as condições de racismo existentes no Brasil.

Num período posterior Hasenbalg (1988, 1990) e Silva (1988) confirmaram esses estudos como consolidadas pesquisas que observaram as desigualdades contundentes que

revelam profundos processos históricos de discriminação, estudos ainda mais estabilizados por dados revelados por autores como Osório e Soares (2005).

Estes estudos foram deslegitimando a teoria da democracia racial que contribuiu por longo tempo para a despolitização das relações raciais, encobrendo mecanismos de dominação e subordinação imbuídas no cotidiano das pessoas, e reproduzidas pelas políticas sociais e econômicas, assim como também pelos processos de socialização (HANCHARD, 2001).

Neste trabalho considera-se o conceito de raça como socialmente construído, que tem como intuito a hierarquização dos seres humanos para sua dominação, submissão e muitas vezes exploração. A educação, em diversos momentos reproduziu essa idéia e a escola atual precisa problematizar o preconceito e a discriminação racial.

2. Movimento negro brasileiro e a assinatura da lei 10.639/2003

A resistência e formação de grupos negros são datadas desde a chegada dos povos africanos no Brasil, evidenciando-se nos atentados aos senhores e feitores, em decorrência das condições do regime servil e contra o linchamento de escravos. As fugas em massa e a formação de redutos denominados quilombos ou mocambos é, desde 1600, a manifestação mais ostensiva de resistência, alguns dos quais resistiram muitos anos antes de serem exterminados. (AZEVEDO, 1975). A partir dos quilombos, se organizavam rebeliões e estratégias de resistência, provocando um constante atrito com as forças repressivas.

A resistência da população negra foi se constituindo como o Movimento Negro Brasileiro e foi passando por momentos de transformações. Foram processos de transição que caminharam com as modificações políticas do Estado brasileiro. Sua trajetória pode ser dividida em quatro fases, conforme DOMINGUES (2007): A primeira fase é do movimento organizado na República (1889-1937), Estado Novo. Nesse momento os libertos da escravidão e seus descendentes instituíram os movimentos de mobilização racial negra no Brasil, criando inicialmente dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações) em alguns estados da nação.

A segunda fase se organiza na República (1945-1964) e abrange desde a Segunda República perdurando até o Golpe militar de 1964. Nesse momento houve uma ampliação das ações, decorrente de uma ampliação da discriminação racial em vários setores da sociedade, no entanto, esse momento não teria o mesmo poder de aglutinação do anterior.

A terceira fase do Movimento Negro organizado constitui-se na República (1978-2000), do início do processo de redemocratização à República Nova. A ênfase dada nesse momento é para a criação do Movimento Negro Unificado – MNU. Posteriormente outras entidades negras levantaram-se em protestos e campanhas erguidas muito fortemente, contra condições, como, por exemplo, a mestiçagem, considerando que esta sempre teria cumprido um papel negativo de diluição da identidade do negro no Brasil.

Na quarta fase, Domingues (2007) considera a entrada e contribuições do Movimento Hip-Hop na discussão racial. Esses intensificam a denúncia do racismo, sinalizando assim uma nova fase para o Movimento Negro.

Entende-se por Movimento Negro contemporâneo o conjunto dos movimentos sociais anti-racismo que se organizam no Brasil nos anos 70. Seu objetivo, conforme D'adesky (2001), é subverter, de alto a baixo, a ideologia do branqueamento, desmascarando o mito da democracia racial e seu uso em proveito da classe dominante.

Para os organizadores do I Encontro Nacional de Entidades Negras, realizado de 14 a 17 de novembro de 1991 na cidade de São Paulo, o Movimento Negro se define como o conjunto de entidades e grupos, de maioria negra, que têm o objetivo específico de combater o racismo e/ou expressar valores culturais de matrizes africanas e não vinculados a estruturas governamentais ou partidárias (D'ADESKY (2001, p. 151).

O ressurgimento do Movimento Negro Brasileiro nos anos 70 cruza com a criação do MNU. É com inspiração dessa organização que se traz de volta na cena política do país o movimento negro organizado. Considera-se, nesse sentido que o MNU é um dos mais importantes movimento de negros(as) da história de militância brasileira – *o nascimento do MNU significou um marco na história do protesto negro do país, porque, entre outros motivos, desenvolveu-se a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações anti-racistas em escala nacional.* (DOMINGUES, 2007, p. 100).

As denúncias e reivindicações do Movimento Negro ao longo da sua história são extensas, decorrentes do racismo brasileiro que intensifica os problemas e barreiras enfrentadas pela população negra, no acesso a direitos humanos básicos, como acesso à educação, saúde, cultura, mercado de trabalho, justiça, espaços políticos, entre outros.

Contudo, os avanços e conquistas na ação política são inúmeros. Podemos citar como exemplos de grandes conquistas para a sociedade brasileira, as políticas de ações afirmativas voltadas ao ensino superior – sistema de cotas raciais nas universidades públicas e a aprovação da Lei 10.639/2003 que torna obrigatório o Ensino de História da

África e Cultura Africana em todos os anos da vida escolar, nas instituições públicas e privadas.

O movimento negro se organiza em diferentes momentos ao longo dos anos, por meio de eventos, encontros, palestras, seminários e simpósios municipais, estaduais e nacionais sobre a temática da educação e relações raciais.

3. A Lei 10.639 e a temática das mulheres negras nas diferentes áreas de conhecimento

E ao longo da história muitas foram as mulheres negras, como Acotirene, Dandara, Luíza Mahin, Mariana Crioula, Maria Firmina dos Reis, Enedina Alves Marques (a Pioneira da Engenharia), Carolina Maria de Jesus e muitas outras, que de alguma maneira que ajudaram, a derrubar algumas paredes resistentes de preconceitos que foram construídas em torno da imagem da mulher negra que a impede, ainda, de ser livre e plena.

Nesse momento, a atenção vai para Carolina Maria de Jesus, mulher negra muito especial, que tornou a literatura brasileira muito mais rica com a sua principal obra *O Quarto de Despejo*, que foi conhecida, discutida dentro e fora do Brasil.

Carolina Maria de Jesus como outras tantas mulheres negras traz na gravado na sua identidade cultural brasileira uma herança histórica, a pobreza. Mas usou as suas produções literárias, entre elas *O Quarto de Despejo*, para quem sabe, inocentemente, abrir fissuras nas representações hegemônicas da sua época.

No, *O Quarto de Despejo*, a autora retratou uma parcela da sociedade brasileira negra e pobre que estava surgindo nas periferias das cidades e que não podia ficar escondida no quarto de despejo frio e úmido, e na maioria das vezes bagunçado. E, vez ou outra alguém vai até lá para dar uma olhadinha e volta rápido para o conforto do resto da sociedade. Nascimento (2016) faz uma afirmação sobre a obra de Carolina “Este livro é acima de tudo um documento. Em um barraco de tábuas na favela do Canindé, bairro pobre de São Paulo este relato é escrito [...] frase por frase [...]”. E ainda, Nascimento (2016) “lugar onde ela desabafa suas decepções e alegrias”. Os escritos de Carolina se tornaram conhecidos por causa de um jornalista que se interessou por ela quando, está ameaçou uma criança da favela, onde morava, dizendo que iria colocá-lo/a no seu diário. Nascimento, (2003) declara “O fato de seu livro ter sido publicado e traduzido para 13 idiomas, ela se deve ao jornalista Audálio Dantas, que a percebeu por acaso”.

Por fim, Carolina Maria de Jesus mesmo tendo publicado obras que ficaram

famosas pelo mundo. Ela não deixou recursos nenhum recurso financeiro para sua família, pois foi explorada comercialmente. Infelizmente, morreu como nasceu, na pobreza.

Em contrapartida, Carolina tem um lugar especial no *hall* das celebridades negras famosas, bem como deixou um legado literário muito valioso para a população negra e o mundo da literatura. Mas, especialmente para as mulheres negras; ela pode ser um bom exemplo de que os desafios são grandes para desconstruir pensamentos e comportamentos pré-concebidos. Para tanto, a arma mais poderosa para usar diante desses obstáculos que, são a desvalorização histórica, da violência, do desemprego, do estupro, do feminicídio, é o conhecimento. E contra ele não há argumento.

Em relação às mulheres negras, esse cenário é ainda pior é quando analisamos, o lugar destinado a elas é desprovido de humanidade (vou pegar citações da DAVIS E outra, faça isso).

Contudo, a Lei 10.639 possibilita que mulheres negras e suas histórias possam ser contadas nas mais diferentes disciplinas, destacando as disciplinas de humanas, como filosofia, sociologia, história e geografia, mas também podendo ser na disciplina de inglês e as demais. Destas as mulheres negras compõem uma parte essencial da cultura africana e afro-brasileira, na economia, na cultura, nas artes, na literatura, na música, na política.

4. A Lei 10.639/2003 na instituição escola: a Língua Portuguesa usando a literatura brasileira para o conhecimento e valorização das mulheres negras

Sem dúvidas muitos créditos vão para os movimentos negros e outras entidades, que travaram batalhas incansáveis contra tudo e todos aqueles que insistiam em afastar a população negra dos seus direitos mais básicos. Estes enfrentamentos garantiram uma lei, a Lei 10.639, que tem permitido abertamente que a história e cultura africana sejam conhecidas por estudantes nas fases iniciais da educação por meio de muitas áreas do conhecimento. O que permite que crianças negras e não negras percebam que as culturas podem uni-los (as) e não separá-los (as). Desse modo, é preciso pensar numa educação para a vivência e convivência harmônica dessas culturas. E vale lembrar, ainda, que essa educação não ocorre somente nos espaços escolares; ela acontece em vários espaços sociais como, família, igrejas, comunidades, grupos sociais etc. Assim como para GOMES (2003) “existem várias formas e modelos de educação e que a escola não é o lugar privilegiado onde ela acontece nem o professor é o único responsável pela sua prática”. No entanto, o professor/a, de qualquer área do conhecimento, pode ser a pessoa

que poderá intervir quando, surgir situação em que a discriminação contra o grupo de pertencimento, no caso, de uma jovem negra seja um fato. E, quando as situações discriminatórias acontecem na escola por causa do seu corpo, do seu cabelo, da cor negra de sua pele ou por qualquer motivo ligado a sua raça podem comprometer autoimagem, bem como a autoestima de uma jovem pelo resto da vida. De acordo com MENEZES, (2003) inicia, então, “processo de desvalorização de seus atributos individuais que interferem na construção da sua identidade de criança”. Na fase escolar, uma garota negra pode entender que sua cultura e sua herança africana como algo positivo e empoderador. Contudo, não é bem assim que acontece. E confirmada por Gomes (2003) “ a escola não aparece entre [...] os espaços de revalorização da estética, do corpo e do cabelo crespo”. E a história afirma muito dessa desvalorização.

Dessa forma, conhecer a trajetória histórica das mulheres negras brasileiras faz parte de um movimento de construção da nova mulher negra brasileira. Desse modo, vale lembrar, historicamente, que muito da desvalorização em relação à mulher negra começou quando, escravizadas, os senhores dos engenhos selecionavam algumas para trabalhar na casa grande, nas lavouras, como mucamas, como amas-de-leite, outras como amantes. E, para cada função a estrutura física era importante, já que isto era fator determinante e que indicaria onde elas ficariam pelo resto de suas vidas. Além disso, como escravas do sexo, os senhores tomavam liberdades sexuais que não eram possíveis com suas esposas. Sendo assim, eram humilhadas, violentadas e até mortas. Todavia, para quem imagina que as mulheres negras, naquela época, não ofereciam resistência em meio a tanto sofrimento e que estavam resignadas à situação; ficaria surpreso/a com a revelação de algumas histórias que retratavam a “resistência” silenciosa daquelas mulheres. Um bom exemplo de resistência, daquela época, eram as amas-de-leite ou mães-negras, que segundo Quintas (2009) “escolhia-se dentre as melhores escravas da senzala, as mais limpas, as bonitas e fortes e, principalmente as já cristãs e com assimilação brasileira [...] menos africanizadas” eram obrigadas amamentar primeiro os filho e filhas dos seus senhores, para depois, então, tentar alimentar o seu filho ou filha com o pouco leite que restava em seus corpos, que era quase nada. Assim, para não verem seu/sua filho/a passando fome; elas tomavam atitudes desesperadas, como entregar seu/sua filho/a na Roda⁵ ou até matá-

⁵ Roda – instituição caridade que recebia recém-nascidos, esse nome deve-se à assimilação do dispositivo, pois trata-se de um cilindro, cuja superfície lateral é aberta e gira em torno de um eixo vertical onde os bebês eram colocados. A primeira Roda ou Casa dos Enjeitados foi fundada em 1726, em Salvador.

los/as. Confirma Civiletti, apud Mott, 1979) “Os usuários da Roda eram basicamente os filhos das escravas[...] que utilizavam na tentativa de livrá-los da escravidão. Para tal qualquer estratégia era válida, incluindo a morte”

Desse modo, algumas mães negras em atitude desesperada optavam algumas vezes, por matarem seu/sua próprio/a filho/a, pois não queriam vê-lo/a sofrendo com a escravidão pelo resto da vida. Muito embora, hoje um ato como esse possa chocar, naquela época era uma forma de “resistir” aos infortúnios da escravidão.

E ao longo da história muitas foram as mulheres negras, como Acotirene, Dandara, Luíza Mahin, Mariana Crioula, Maria Firmina dos Reis, Enedina Alves Marques (a Pioneira da Engenharia), Carolina Maria de Jesus e muitas outras, que de alguma maneira que ajudaram, a derrubar algumas paredes resistentes de preconceitos que foram construídas em torno da imagem da mulher negra que a impede, ainda, de ser livre e plena.

Nesse momento, a atenção vai para Carolina Maria de Jesus, mulher negra muito especial, que tornou a literatura brasileira muito mais rica com a sua principal obra O Quarto de Despejo, que foi conhecida, discutida dentro e fora do Brasil.

Carolina Maria de Jesus como outras tantas mulheres negras traz na gravado na sua identidade cultural brasileira uma herança histórica, a pobreza. Mas usou as suas produções literárias, entre elas O Quarto de Despejo, para quem sabe, inocentemente, abrir fissuras nas representações hegemônicas da sua época.

No, O Quarto de Despejo, a autora retratou uma parcela da sociedade brasileira negra e pobre que estava surgindo nas periferias das cidades e que não podia ficar escondida no quarto de despejo frio e úmido, e na maioria das vezes bagunçado. E, vez ou outra alguém vai até lá para dar uma olhadinha e volta rápido para o conforto do resto da sociedade. Nascimento (2016) faz uma afirmação sobre a obra de Carolina “Este livro é acima de tudo um documento. Em um barraco de tábuas na favela do Canindé, bairro pobre de São Paulo este relato é escrito [...] frase por frase [...]”. E ainda, Nascimento (2016) “lugar onde ela desabafa suas decepções e alegrias”. Os escritos de Carolina se tornaram conhecidos por causa de um jornalista que se interessou por ela quando, está ameaçou uma criança da favela, onde morava, dizendo que iria colocá-lo/a no seu diário. Nascimento, (2003) declara “O fato de seu livro ter sido publicado e traduzido para 13 idiomas, ela se deve ao jornalista Audálio Dantas, que a percebeu por acaso”.

Por fim, Carolina Maria de Jesus mesmo tendo publicado obras que ficaram famosas pelo mundo. Ela não deixou recursos nenhum recurso financeiro para sua família,

pois foi explorada comercialmente. Infelizmente, morreu como nasceu, na pobreza.

Em contrapartida, Carolina tem um lugar especial no hall das celebridades negras famosas, bem como deixou um legado literário muito valioso para a população negra. Especialmente para as mulheres negras; ela pode ser um bom exemplo de que os desafios são grandes para desconstruir pensamentos e comportamentos pré-concebidos. Para tanto, a arma mais poderosa para usar diante desses obstáculos que, são a desvalorização histórica, da violência, do desemprego, do estupro, do feminicídio, é o conhecimento. E contra ele não há argumento.

5. Considerações finais

Um tema como esse é possível um desenvolvimento ainda mais detalhado e completo com diversas outras ramificações de subtemas, onde cada um se poderia desenvolver longos temas. Mas esse não é o objetivo deste artigo e nem o propósito que queremos atingir. Tratamos tão somente de modo geral, frente o convite que o mês de novembro nos faz para a reflexão sobre a aplicação efetiva da lei 10.639/03.

Entre as reflexões possíveis, foi verificado que após 15 anos de sua publicação ainda falta muito para sua efetiva aplicação na educação. A partir dessa constatação podemos nos perguntar: quantos anos mais serão necessários para sua efetiva aplicação? O que podemos fazer no cotidiano escolar para que ela mais rapidamente se efetive? E tantas outras questões derivadas.

Nós, enquanto educadores, estamos sempre buscando meios da efetivação cotidiana da lei, mas também reconhecemos as barreiras tácitas que encontramos no ambiente escolar, vindas de múltiplas direções. Como bom educadores que somos, não perderemos a esperança de um dia essa legislação ser desnecessária, por termos atingido plenamente o que ela visa alcançar.

Referências

- BOLETIM Secretaria Nacional de Combate ao Racismo - Edição Especial - julho 2018 - Capa- CUT
- CIVILETTI. Maria Vittoria Parda - O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista - disponível em <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1052/1060> acesso em 18.11.2018
- GOMES. Nilma Lino - Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo, Universidade Federal de Minas Gerais -

disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a12v29n1> acesso em 12.11.2018.

- MENEZES. Waléria - O Preconceito Racial e suas Repercussões na Instituição Escola. disponível em <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1311/1031>, acesso em 12.11.2018
- NASCIMENTO. Raquel Alves dos Santos - Do exotismo à denúncia social: sobre a recepção do Quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus, na Alemanha. Disponível em <http://dlm.fflch.usp.br/sites/dlm.fflch.usp.br/files/Raquel%20Alves%20dos%20Santos%20Nascimento.pdf> acesso em 17.11.2018 - pg 86
- QUINTAS. Georgia - Amas-de-leite e suas representações visuais: símbolos socioculturais e narrativos da vida privada do Nordeste patriarcal-escravocratas na imagem fotografica - <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/QuintasArt.pdf> acesso em 17.11.2018